

CRITÉRIOS E NORMAS DE AVALIAÇÃO



Índice

Introdução	3
1. Critérios de gerais de avaliação	4
2. Ponderações.....	4
2.1 Departamentos.....	4
2.1.2 Departamento Expressões.....	5
2.1.3 Departamento Línguas	5
2.1.4 Departamento Ciências Sociais	5
2.1.5 Departamento Ciências Exatas e da Natureza.....	6
2.º e 3.º Ciclos.....	6
2.1.7 Departamento Oferta formativa (Ensino Secundário Profissional)	6
3. Modalidades de avaliação	7
3.4 Níveis e menções da avaliação sumativa	8
4. Procedimentos, técnicas e instrumentos de avaliação e níveis de classificação	9
4.1 Procedimentos, técnicas e instrumentos de avaliação	9
4. 2 Níveis de classificação.....	9
5. Procedimentos a adotar nos momentos de avaliação	9
6. Registos informativos de avaliação.....	10
7. Cursos profissionais	10
8. Divulgação dos critérios de avaliação a alunos e pais/encarregados de educação .	10
9. Disposições finais	11
10. Legislação aplicável	12



Introdução

A avaliação constitui um elemento integrante e regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelo aluno ao longo dos diversos níveis de ensino, e implica princípios e procedimentos adequados às suas especificidades.

“A avaliação constitui um processo regulador do ensino, orientador do percurso escolar e certificador dos conhecimentos adquiridos e capacidades desenvolvidas pelo aluno. A avaliação tem por objetivo a melhoria do ensino através da verificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas nos alunos e da aferição do grau de cumprimento das metas curriculares globalmente fixadas para os níveis de ensino básico e secundário.”

Art.º 23, ponto 1 e 2 do Decreto-Lei 139/2012, de 5 de julho

“A avaliação, sustentada por uma dimensão formativa, é parte integrante do ensino e da aprendizagem, tendo por objetivo central a sua melhoria baseada num processo contínuo de intervenção pedagógica, em que se explicitam, enquanto referenciais, as aprendizagens, os desempenhos esperados e os procedimentos de avaliação. Enquanto processo regulador do ensino e da aprendizagem, a avaliação orienta o percurso escolar dos alunos e certifica as aprendizagens realizadas, nomeadamente os conhecimentos adquiridos, bem como as capacidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.”

Art.º 22.º, ponto 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

Os princípios integram as normas ou modelos, segundo os quais as aprendizagens dos alunos vão ser avaliadas, de forma contínua e marcadamente formativa. Constituem, também, referenciais comuns dentro do agrupamento, devendo ser operacionalizados pelos elementos das estruturas intermédias, imprimindo uma dinâmica de sucesso escolar dos alunos no ato educativo.

Os departamentos deverão elaborar critérios de avaliação específicos para cada disciplina/curso/ano de escolaridade, enunciando os instrumentos de avaliação a utilizar, e o seu peso respetivo na avaliação global, devendo os mesmos ser definidos e divulgados aos alunos, com conhecimento dos encarregados de educação.



1. Critérios de gerais de avaliação

A avaliação é um processo contínuo que deve privilegiar a diversidade de estratégias e de procedimentos, técnicas e instrumentos de avaliação. Na avaliação do desempenho dos alunos, deve ter em conta:

- Coerência entre os processos de avaliação e os princípios de gestão do currículo definidos nas orientações curriculares para os níveis de ensino;
- Utilização de técnicas e de instrumentos de observação e de registo diversificados que lhe permitam evidenciar o desenvolvimento e as aprendizagens de cada aluno, ao longo da frequência dos níveis de ensino, tendo em conta as aprendizagens inerentes;
- A devida articulação entre os conteúdos disciplinares e os respetivos objetivos;
- A integração das dimensões teórica e prática dos conhecimentos, através da valorização da aprendizagem experimental;
- A articulação do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua um elemento de referência que reforce a sistematização do que se ensina e do que se aprende;
- Rigor da avaliação, valorizando os resultados escolares e reforçando a avaliação sumativa externa;
- O enriquecimento da aprendizagem através de atividades, em função do projeto educativo;
- As aprendizagens ligadas a componentes do currículo e a transversalidade da educação para a cidadania e da compreensão e expressão em língua portuguesa.
- A implementação de práticas de avaliação multidisciplinar com recurso à execução de trabalhos que requerem a articulação de conhecimentos e competências das várias disciplinas do currículo.

2. Ponderações

2.1 Departamentos

2.1.1 Departamento 1.º Ciclo

Conhecimentos/capacidades	Atitudes/valores
80%	20%



2.1.2 Departamento Expressões

2.º, 3.º Ciclos e secundário

Conhecimentos/capacidades	Atitudes/valores
80%	20%

2.1.3 Departamento Línguas

2.º e 3.º Ciclos

Conhecimentos/capacidades	Atitudes/valores
80%	20%

Secundário

Conhecimentos/capacidades	Atitudes/valores
90%	10%

2.1.4 Departamento Ciências Sociais

2.º e 3.º Ciclos

Conhecimentos/capacidades	Atitudes/valores
80%	20%

Secundário

Conhecimentos/capacidades	Atitudes/valores
90%	10%



EMRC

Conhecimentos/capacidades	Atitudes/valores
50%	50%

Cidadania e Desenvolvimento

Conhecimentos/capacidades	Atitudes/valores
40%	60%

2.1.5 Departamento Ciências Exatas e da Natureza

2.º e 3.º Ciclos

Conhecimentos/capacidades	Atitudes/valores
80%	20%

Secundário

Conhecimentos/capacidades	Atitudes/valores
90%	10%

2.1.7 Departamento Oferta formativa (Ensino Secundário Profissional)

Conhecimentos/capacidades	Atitudes/valores
70 %	30 %

2.2 Referências de ponderação para os critérios específicos de avaliação Sendo a avaliação um processo sistemático e contínuo, deverá resultar de registos informativos diversificados realizados ao longo do ano letivo.

Deve utilizar-se na ponderação da classificação final de cada período, o resultado da aplicação de todos os instrumentos de avaliação específicos de cada disciplina



expressa, no ensino básico, em percentagem e, no ensino secundário, numa escala de 0 a 20, sem arredondamentos.

3. Modalidades de avaliação

O processo de avaliação envolve duas modalidades que se complementam e interrelacionam: avaliação diagnóstica, avaliação formativa; avaliação sumativa.

3.1 Avaliação diagnóstica *“A avaliação diagnóstica realiza-se no início de cada ano de escolaridade ou sempre que seja considerado oportuno, devendo fundamentar estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional.”*

Art.º 24.º ponto 1 do Decreto-Lei 139/2012, de 5 de julho

3.2 Avaliação formativa *“A avaliação formativa assume carácter contínuo e sistemático, ao serviço das aprendizagens, recorrendo a uma variedade de procedimentos, técnicas e instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens, aos destinatários e às circunstâncias em que ocorrem. A informação recolhida com finalidade formativa fundamenta a definição de estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional, permitindo aos professores, aos alunos, aos pais e encarregados de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias.”*

Decreto-Lei 139/2012, de 5 de julho

Art.º. 24.º ponto 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

3.3 Avaliação sumativa *“A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre a aprendizagem realizada pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação.”*

Decreto-Lei 139/2012, de 5 de julho

Art.º. 24.º ponto 3 do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho



3.4 Níveis e menções da avaliação sumativa

Alunos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho

A avaliação sumativa dos alunos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, abrangidos por medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão obedecem ao regime de avaliação das aprendizagens dos alunos dos ensinos básico e secundário, com as adaptações constantes do programa educativo individual.

Pré-Escolar

A avaliação é feita no final de cada período, sendo sempre uma caracterização descritiva, de acordo com as orientações curriculares. É um processo contínuo de registo dos progressos realizados pela criança, tendo como referência o perfil de desenvolvimento aprovado pelo departamento da Educação Pré-escolar.

1.º Ciclo

No 1.º ciclo, no final de cada período, a avaliação expressa-se na atribuição de uma menção qualitativa de Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente, em todas as disciplinas, sendo acompanhada de uma síntese descritiva.

2.º e 3.º Ciclos

Nos 2.º e 3.º ciclos a avaliação expressa-se numa escala de 1 a 5.

Ensino secundário - cursos científico-humanísticos

No ensino secundário, cursos científico-humanísticos, a avaliação é expressa numa escala de 0 a 20 valores. No final do 3.º período, a avaliação expressa a apreciação global do trabalho desenvolvido pelo aluno e o seu aproveitamento ao longo do ano.

Ensino secundário - cursos profissionais

No ensino secundário, cursos profissionais, a avaliação é expressa numa escala de 0 a 20 valores. A avaliação sumativa interna ocorre no final de cada módulo de uma disciplina e após a conclusão do conjunto de módulos de cada disciplina, em reunião do conselho de turma.



4. Procedimentos, técnicas e instrumentos de avaliação e níveis de classificação

4.1 Procedimentos, técnicas e instrumentos de avaliação

As técnicas e os instrumentos de avaliação devem ser diversificados.

4.2 Níveis de classificação

4.2.1 - 1.º Ciclo

Menção qualitativa	%
Insuficiente	0 a 49 %
Suficiente	50 a 69%
Bom	70 a 89%
Muito Bom	90 a 100%

4.2.1 - 2.º e 3.º Ciclos

Menção qualitativa	%
Fraco	0 a 19%
Insuficiente	20 a 49%
Suficiente	50 a 69%
Bom	70 a 89%
Excelente	90 a 100%

5. Procedimentos a adotar nos momentos de avaliação

No 1.º ciclo a informação a registar nos instrumentos de avaliação é a menção qualitativa. Nos restantes ciclos, a informação a registar nos instrumentos de avaliação é a menção qualitativa (exceto no ensino secundário) e a classificação quantitativa (percentagem ou valores).



É obrigatória a entrega de qualquer instrumento de avaliação devidamente corrigido e classificado. A correção e entrega de cada teste escrito são efetuadas antes da realização do teste seguinte. Os resultados de todos os instrumentos de avaliação são dados a conhecer aos alunos antes do final das atividades letivas de cada período. Ao longo do ano letivo, devem ser promovidos com os alunos momentos de reflexão e de autoavaliação em todas as disciplinas, no final de cada período este deve ser obrigatório. Os docentes entregam ao diretor de turma, pelo menos uma vez por período, uma informação intercalar da avaliação dos alunos. Os professores têm que se fazer acompanhar de grelhas relativas aos critérios específicos de avaliação nas reuniões de avaliação.

6. Registos informativos de avaliação

Cada disciplina deve selecionar os registos informativos de avaliação a utilizar ao longo do ano letivo. Como registos informativos de avaliação consideram-se:

- grelhas de classificação das fichas de avaliação;
- grelhas de registo de intervenções orais e escritas dos alunos durante as aulas
- relatórios de atividades;
- listas de verificação dos trabalhos de casa;
- outros.

7. Cursos profissionais

As práticas de avaliação dos cursos profissionalmente qualificantes estão vertidas em regulamento próprio.

8. Divulgação dos critérios de avaliação a alunos e pais/encarregados de educação

É da responsabilidade da Diretora a divulgação, à comunidade educativa, dos critérios gerais de avaliação aprovados em conselho pedagógico.

Os critérios gerais de avaliação são divulgados na página do Agrupamento: <https://www.aebentodacruz.pt/>

Cada docente informa os alunos sobre os critérios específicos da sua disciplina.



9. Disposições finais

Os casos omissos são objeto de resolução por parte da Diretora, ouvida, sempre que possível, o Conselho Pedagógico. Os critérios gerais de avaliação são revistos anualmente. Os critérios gerais de avaliação são do conhecimento de todos os intervenientes no processo de avaliação: professores, alunos e encarregados de educação.



10. Legislação aplicável

Os critérios gerais de avaliação para o ensino básico que constam neste documento decorrem das principais orientações e disposições relativas à avaliação das aprendizagens no ensino básico que estão consagradas nos seguintes documentos:

Despacho Normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril

Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto

Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro

Decreto-Lei nº 139/2012, de 05 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 91/2013, de 10 de julho, 176/2014, de 12 de dezembro, e 17/2016, de 4 de abril

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Circular n.º 4/DGIDC/DSDC/2011, de 11 abril

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho

Lei n.º 21/2008, de 12 de maio

Lei n.º 51/2012, de 5 de Setembro

Portaria 235-A/2018, de 23 de agosto

Regulamento Interno do AEDBC

